

PESQUISAS EM ATIVIDADE FÍSICA FINANCIADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE: EVOLUÇÃO TEMPORAL E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

*RESEARCH ON PHYSICAL ACTIVITY FUNDED BY THE MINISTRY OF
HEALTH: TEMPORAL TRENDS AND REGIONAL DISTRIBUTION* 

*INVESTIGACIONES SOBRE ACTIVIDAD FÍSICA FINANCIADAS POR
EL MINISTERIO DE SALUD: EVOLUCIÓN TEMPORAL Y
DISTRIBUCIÓN REGIONAL* 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.150014>

 **Leonardo Araújo Vieira*** <lcaramuru@gmail.com>

 **Fabio Fortunato Brasil de Carvalho**** <fabiofbcarvalho@gmail.com>

 **Thainá Alves Malhão**** <thainaalvesmalhao@gmail.com>

 **Lucas Lima Galvão***** <lucasgalvao07@gmail.com>

 **Mathias Roberto Loch****** <mathias@uel.br>

 **Danilo Sales Bocalini*** <bocaliniht@gmail.com>

* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES, Brasil.

** Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer (INCA). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*** Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador, BA, Brasil.

**** Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR, Brasil.

Resumo: O incentivo à pesquisa em saúde é uma competência constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo teve como objetivos: a) analisar a evolução temporal e a distribuição regional das pesquisas sobre atividade física (AF) financiadas pelo Ministério da Saúde; b) identificar as modalidades de fomento dessas pesquisas. Trata-se de um estudo ecológico baseado no sistema Pesquisa em Saúde, no período de 2002 a 2023. Foram evidenciadas diferenças no número de pesquisas e no valor total deflacionado entre as modalidades de fomento, períodos do Plano Nacional de Saúde (PNS) e macrorregiões. O PNS 2004–2007, a região Sul e o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS) registraram o maior número de pesquisas, enquanto o PNS 2008–2011, a região Sudeste e o fomento nacional receberam o maior montante de recursos. É necessário ampliar e promover uma distribuição mais equitativa do financiamento dessas pesquisas, especialmente por meio do PPSUS.

Palavras-chave: Política de pesquisa em saúde. Financiamento da pesquisa. Política de saúde. Promoção da saúde.

Recebido em: 4 set. 2025
Aprovado em: 15 mai. 2026
Publicado em: 15 out. 2026



Este é um artigo publicado
sob a licença *Creative
Commons* Atribuição 4.0
Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

A promoção e o incentivo à pesquisa em saúde são competências constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e devem ser orientados pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), como parte integrante da Política Nacional de Saúde (Brasil, 2008). Assim, o desenvolvimento científico e tecnológico pode contribuir diretamente para a resolução dos problemas de saúde, qualificando a assistência e a gestão das políticas do SUS.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde (MS) financia pesquisas em saúde em consonância com a PNCTIS e com a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) (Brasil, 2018). Essas iniciativas buscam alinhar as pesquisas às prioridades de saúde e às necessidades dos serviços do SUS, bem como orientar os investimentos e reduzir as desigualdades regionais no fomento à pesquisa em saúde (Brasil, 2008, 2018). Dessa forma, o MS estabelece prioridades e fomenta o desenvolvimento científico e tecnológico. Entretanto, assegurar financiamento adequado e equitativo para essas pesquisas permanece um importante desafio (Souza; Calabro, 2017).

A atividade física (AF), reconhecida por seus benefícios à saúde (Garcia *et al.*, 2023; Martinez-Gomes *et al.*, 2024), tem ganhado destaque na agenda global da saúde pública (WHO, 2018, 2020) e o fortalecimento da base científica sobre o tema constitui um elemento relevante para subsidiar e qualificar as políticas públicas (Ramirez Varela *et al.*, 2021a). Porém, ainda persiste uma desconexão entre o desenvolvimento dessas pesquisas e sua aplicação nas políticas de saúde (Ramirez Varela *et al.*, 2021a). Tal cenário exige o realinhamento da agenda de pesquisas, visando ampliar seu impacto no nível populacional. Nesse sentido, o financiamento de pesquisas sobre AF pelo MS (Brasil, 2022) pode contribuir para consolidar essa pauta como política pública de saúde no SUS.

Cabe destacar que o Brasil é reconhecido internacionalmente como referência em políticas e pesquisas sobre AF (Machado *et al.*, 2025; Ramirez Varela *et al.*, 2021b). A partir da Política Nacional de Promoção da Saúde, lançada em 2006 e atualizada em 2014, ocorreram avanços importantes na agenda da AF no SUS, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) (Vieira; Carvalho, 2024). Entretanto, apenas cerca de 30% da população adulta brasileira é fisicamente ativa no tempo livre, persistindo iniquidades, principalmente relacionadas a questões socioeconômicas, com menor prevalência entre idosos, mulheres, pessoas negras e indivíduos com menor renda e escolaridade (Mielke *et al.*, 2021).

Além disso, há disparidades regionais significativas na oferta de ações de AF na APS do SUS, com maior concentração nas regiões Sudeste e Nordeste (Carvalho *et al.*, 2025; Dutra; Knuth, 2025). De forma semelhante, persistem assimetrias na distribuição regional da produção científica, com predominância das regiões Sul e Sudeste (Machado *et al.*, 2025). Essas disparidades dificultam o avanço da agenda de promoção da AF no SUS.

Diante do exposto, investigar como o financiamento do MS tem contribuído para estimular pesquisas sobre AF alinhadas às prioridades do SUS torna-se

importante. Ademais, é necessária uma melhor compreensão sobre o papel das diferentes modalidades de fomento na redução das disparidades regionais presentes na produção científica sobre AF e saúde. Esses conhecimentos podem contribuir para o preenchimento de uma lacuna na literatura e favorecer o fortalecimento da AF como política pública de saúde. Assim, este estudo teve como objetivos: a) analisar a evolução temporal e a distribuição regional das pesquisas sobre AF financiadas pelo MS; e b) identificar as modalidades de fomento dessas pesquisas.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico, de abrangência nacional, que analisou a evolução temporal e a distribuição macrorregional do número e do valor total das pesquisas em AF financiadas pelo MS no período de 2002 a 2023.

Os dados foram extraídos do sistema Pesquisa Saúde, por meio da ferramenta de busca avançada¹. Os procedimentos de busca das pesquisas seguiram a metodologia empregada em estudo prévio (Vieira *et al.*, no prelo).

Foram utilizados os seguintes descritores: “atividade física”, “atividades físicas”, “prática corporal”, “práticas corporais”, “esporte”, “esportes”, “exercício”, “exercícios”, “exercício físico”, “exercícios físicos”, “treinamento físico”, “aptidão física”, “inatividade física”, “comportamento sedentário”, “sedentário”, “sedentários” e “sedentarismo”. Foram incluídas todas as pesquisas das Unidades Federativas, com status “finalizado” ou “em andamento”. Os dados foram exportados para uma planilha do *Microsoft Excel*®. Após a exportação, eventuais duplicidades foram removidas.

A partir da leitura dos títulos, palavras-chave, resumos, objetivos, metodologias e resultados, foram incluídas as pesquisas em AF, de todas as Unidades Federativas, com status “finalizado” ou “em andamento”. Foram consideradas pesquisas em AF todos os tipos de pesquisas, independentemente do delineamento, nas quais a AF, em seus diferentes domínios (tempo livre, deslocamento, trabalho ou estudo e tarefas domésticas), foi tratada como fator de exposição ou como desfecho de investigação (primário ou secundário). Considerando o enfoque da AF na atenção à saúde humana e a aplicabilidade nas políticas públicas de saúde, foram excluídos estudos experimentais com animais.

As pesquisas foram analisadas entre fevereiro e março de 2024, de forma cega e independente, por dois pesquisadores experientes na temática, após pactuação prévia. As divergências foram resolvidas por consenso.

As pesquisas foram classificadas quanto às modalidades de fomento, conforme o sistema Pesquisa Saúde: a) contratação direta (projetos contratados diretamente com pesquisadores, em razão de especificidades técnicas); b) fomento nacional (projetos apoiados por editais temáticos de abrangência nacional, com apoio de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES), entre outras); e c) fomento descentralizado (projetos

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema pesquisa saúde. Disponível em: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/pesquisas.xhtml>. Acesso em: 6 mar. 2025.

apoiados pelo Programa Pesquisa para o SUS – PPSUS, lançado bienalmente em cada estado, com o apoio do CNPq, das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) e das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e de Ciência e Tecnologia) (Brasil, 2024).

Adicionalmente, para a análise temporal, as pesquisas foram agrupadas segundo o Plano Nacional de Saúde (PNS) vigente no ano de contratação: a) Pré-PNS (2002–2003); b) 2004–2007; c) 2008–2011; d) 2012–2015; e) 2016–2019; f) 2020–2023.

Em complemento, para fins de comparabilidade da evolução temporal, o valor total nominal foi deflacionado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando dezembro de 2023 como referência para padronização (Banco Central do Brasil, [s.d.]). Para analisar, de forma ponderada, a distribuição regional do fomento e das pesquisas sobre AF financiadas pelo MS, foram utilizados critérios demográficos (população residente) e econômicos (Produto Interno Bruto – PIB).

A taxa de pesquisas por habitante foi calculada como a razão entre o número total de pesquisas realizadas e a população residente, multiplicada por 100.000. A taxa de investimento em pesquisa foi calculada como a razão entre o valor total deflacionado investido em pesquisa e o valor do PIB, multiplicada por 100. Para o cálculo dessas taxas, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população residente, com base no Censo Demográfico de 2022², e sobre o PIB a preços correntes de 2021, por ser o último ano com dados disponíveis por macrorregião brasileira³. Esses indicadores foram previamente utilizados para analisar a produção científica e o fomento a pesquisas (Ramirez Varela *et al.*, 2021b; Brasil, 2023).

As variáveis analisadas foram: a) número de pesquisas; b) número de pesquisas por habitante; c) valor total deflacionado; d) valor médio por pesquisa; e) taxa de investimento em pesquisa em relação ao PIB; f) modalidade de fomento; g) período do PNS; h) macrorregião da instituição do coordenador responsável pela pesquisa; i) ano de contratação.

Foram realizadas análises estatísticas descritivas e inferenciais. Para verificar a normalidade dos dados referentes ao número de pesquisas e aos valores financiados, aplicaram-se os testes de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov*. Diante da não normalidade observada, foram realizados testes não paramétricos. As diferenças na distribuição do número de pesquisas financiadas e dos valores financiados (variáveis dependentes), segundo as modalidades de fomento, os períodos do PNS e as macrorregiões brasileiras (variáveis independentes), foram avaliadas por meio do teste de *Kruskal-Wallis*. Para os resultados com significância estatística (valor de $p < 0,05$), aplicou-se o teste *post hoc* de *Dunn* com ajuste de *Bonferroni*, a fim de identificar diferenças entre os grupos para cada variável dependente. As análises foram conduzidas no *software* RStudio (versão 2024.04.2; Posit, PBC), com uso dos pacotes *stats*, *dplyr*, *readr* e *dunn.test*.

² IBGE. Sidra. **Tabela 4714** - População Residente, Área territorial e Densidade demográfica. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714>. Acesso em: 6 mar. 2025.

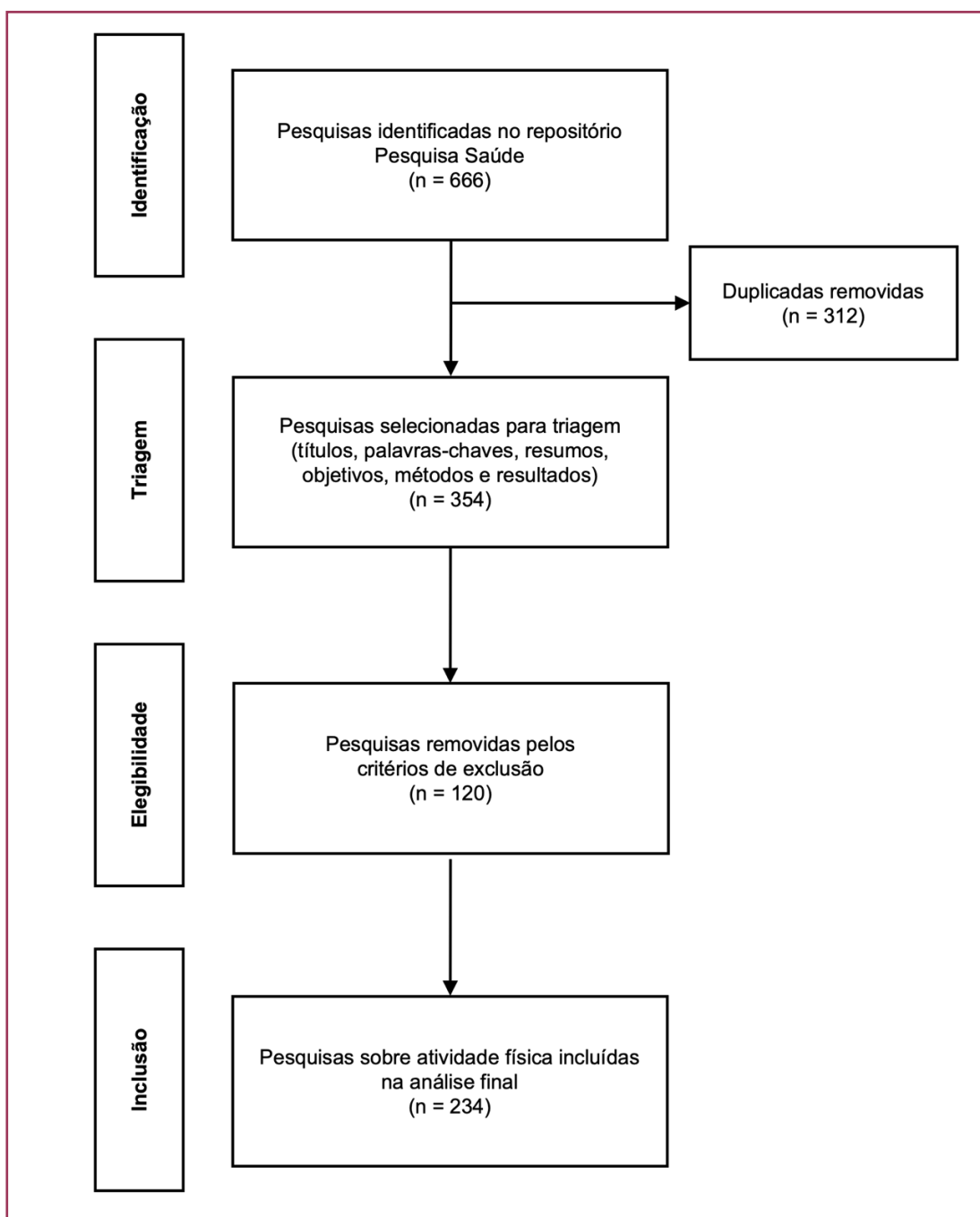
³ IBGE. Sidra. **Tabela 5938** - Produto interno bruto a preços correntes... Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 6 mar. 2025.

Este estudo utilizou dados secundários de acesso público. Portanto, está isento de avaliação por Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADOS

A partir dos termos de busca empregados no sistema Pesquisa Saúde, foram encontradas 666 pesquisas. Após a retirada das duplicidades, 354 pesquisas foram avaliadas, sendo incluídas na análise um total de 234 pesquisas sobre AF financiadas pelo MS (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção das pesquisas sobre atividade física financiadas pelo Ministério da Saúde no período entre 2002 e 2023.



Fonte: Elaboração própria.
Legenda: AF - atividade física.

Ao longo do período analisado, o MS investiu aproximadamente R\$ 60 milhões (valor total deflacionado) em pesquisas sobre AF, correspondendo a um valor médio de cerca de R\$ 260 mil por pesquisa (Tabela 1).

As modalidades de fomento com o maior e o menor número de pesquisas financiadas foram, respectivamente, o PPSUS e a contratação direta. Em relação aos períodos analisados, o PNS 2004–2007 registrou o maior número de pesquisas financiadas, enquanto o período Pré-PNS apresentou o menor. Regionalmente, a região Sul concentrou o maior número de pesquisas financiadas, enquanto a região Norte teve o menor número (Tabela 1).

Quanto ao valor total deflacionado investido, o fomento nacional foi a modalidade que recebeu o maior montante de financiamento, enquanto a contratação direta recebeu o menor. O maior volume de recursos foi destinado às pesquisas durante o período do PNS 2008–2011, enquanto o menor foi registrado no período Pré-PNS. Entre as macrorregiões, o Sudeste recebeu o maior montante de recursos, enquanto o Norte recebeu o menor (Tabela 1).

No que se refere ao valor médio por pesquisa, a contratação direta registrou o maior valor, e o PPSUS, o menor. O período do PNS 2008–2011 apresentou o maior valor médio por pesquisa, e o período Pré-PNS, o menor. Adicionalmente, a região Sudeste apresentou o maior valor médio por pesquisa, enquanto a região Nordeste apresentou o menor (Tabela 1).

No teste de *Kruskal-Wallis*, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas no número de pesquisas financiadas e no valor total deflacionado entre as modalidades de fomento, as macrorregiões brasileiras e os períodos do PNS (Tabela 1). No teste *post hoc* de *Dunn* com ajuste de *Bonferroni*, tanto nas análises que consideraram o número de pesquisas financiadas quanto naquelas que avaliaram o valor total deflacionado, foram verificadas diferenças estatisticamente significativas nas seguintes categorias de comparação: “contratação direta - fomento nacional”, “contratação direta - PPSUS”, “fomento nacional - PPSUS”, “Norte - Sudeste”, “Norte - Sul”, “PNS 2004–2007 - Pré-PNS” e “PNS 2004–2007 - PNS 2020–2023” (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de pesquisas, valor total deflacionado e valor médio por pesquisa sobre atividade física financiada pelo Ministério da Saúde, por Plano Nacional de Saúde, modalidade de fomento e macrorregião brasileira, no período entre 2002 e 2023

Variáveis	Número de pesquisas sobre AF			Valor deflacionado(em milhões de reais - R\$)			Valor médio por pesquisa sobre AF em milhões de reais - (R\$)
	Total (%)	Máximo*	Média (± DP)	Total (%)	Máximo**	Média (± DP)	
Modalidade de fomento							
Contratação Direta _{a,b}	2 (0,9)	1	0,02 (0,13)	4,74 (7,9)	4,04	0,04 (± 0,39)	0,14
Fomento Nacional _{a,b}	64 (27,4)	8	0,58 (1,53)	32,28 (53,8)	15,17	0,29 (± 1,52)	2,35
PPSUS _{a,b}	168 (71,8)	17	1,53 (3,04)	23,01 (38,3)	2,38	0,21 (± 0,46)	0,50

Variáveis	Número de pesquisas sobre AF			Valor deflacionado(em milhões de reais - R\$)			Valor médio por pesquisa sobre AF em milhões de reais - (R\$)
	Total (%)	Máximo*	Média (± DP)	Total (%)	Máximo**	Média (± DP)	
Período do PNS							
Pré-PNS ^{c,d}	2 (0,9)	1	0,07 (0,25)	0,11 (0,2)	0,09	0,004 (± 0,02)	0,05
PNS 2004–2007 ^{c,d}	72 (30,8)	9	1,20 (2,28)	13,88 (23,1)	4,07	0,23 (± 0,65)	0,19
PNS 2008–2011	37 (15,8)	7	0,62 (1,40)	25,92 (43,2)	15,17	0,43 (± 2,02)	0,70
PNS 2012–2015	58 (24,8)	17	0,97 (2,96)	11,22 (18,7)	2,07	0,19 (± 0,48)	0,19
PNS 2016–2019	36 (15,4)	8	0,60 (1,46)	4,86 (8,1)	1,41	0,08 (± 0,22)	0,14
PNS 2020–2023	29 (12,4)	14	0,48 (2,23)	4,05 (6,7)	1,70	0,07 (± 0,31)	0,14
Região							
Centro-Oeste	20 (8,5)	3	0,30 (0,72)	3,44 (5,7)	1,50	0,05 (± 0,20)	0,10
Nordeste	65 (27,8)	17	0,99 (2,93)	6,39 (10,6)	1,70	0,10 (± 0,32)	0,23
Norte	9 (3,8)	2	0,14 (0,46)	1,12 (1,9)	0,36	0,02 (± 0,06)	0,17
Sudeste ^{e,f}	67 (28,6)	9	1,02 (2,14)	32,54 (54,2)	15,17	0,49 (± 1,95)	0,12
Sul ^{e,f}	73 (31,2)	14	1,11 (2,59)	16,55 (27,6)	4,04	0,25 (± 0,63)	0,49
Total	234 (100,0)	17	0,71 (2,06)	60,04 (100,0)	15,17	0,18 (± 0,94)	0,26

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do repositório Pesquisa Saúde.

Legenda: AF – Atividade Física; DP – desvio-padrão; PPSUS – Programa de Pesquisa para o SUS; PNS – Plano Nacional de Saúde; R\$ – real (moeda brasileira; valor em milhões de reais).

Nota 1: (*) O número mínimo de pesquisas e a mediana foram iguais a 0. (**) O valor deflacionado mínimo em milhões de reais (R\$) e a mediana foram iguais a 0,00.

Nota 2: Foi aplicado o teste *post hoc* de Dunn com ajuste de Bonferroni, pois encontrou-se valor estatisticamente significativo no teste *Kruskal-Wallis*, indicando diferenças no número de pesquisas financiadas e valor financiado quanto à modalidade de fomento, ao período de PNS e às macrorregiões brasileiras. ^(a) Houve diferença significativa no número de pesquisas financiadas entre as modalidades de fomento PPSUS e contratação direta, entre PPSUS e fomento nacional e entre contratação direta e o fomento nacional. ^(b) Houve diferença significativa no valor total deflacionado entre as modalidades de fomento PPSUS e contratação direta, entre PPSUS e fomento nacional e entre contratação direta e o fomento Nacional. ^(c) Houve diferença significativa no número de pesquisas financiadas entre os períodos Pré-PNS e PNS 2004–2007 e entre os períodos PNS 2004–2007 e PNS 2020–2023. ^(d) Houve diferença significativa no valor total deflacionado entre os períodos Pré-PNS e PNS 2004–2007 e entre os períodos PNS 2004–2007 e PNS 2020–2023. ^(e) Houve diferença significativa no número de pesquisas financiadas entre as regiões Sul e Norte e Sudeste e Norte. ^(f) Houve diferença significativa no valor total deflacionado entre as regiões Sul e Norte e Sudeste e Norte.

A média nacional de pesquisas sobre AF foi de 0,12 pesquisa por 100.000 habitantes. A região Sul apresentou a maior taxa de pesquisas por habitante, seguida pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte (Tabela 2). Destaca-se que tanto a taxa de pesquisas por habitante quanto o número total de pesquisas foram superiores na região Sul. A taxa da região Sul foi três vezes superior à da região Sudeste (Tabela 2), que, em números absolutos, apresentou o segundo maior número de pesquisas financiadas (Tabela 1).

Com relação à taxa de investimento em pesquisa sobre AF, a média no Brasil foi equivalente a 0,0007% do PIB. A região Sul foi a que apresentou a maior taxa de investimento em pesquisa, seguida pelas regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Tabela 2). A taxa de investimento em pesquisa na região Sul superou em mais de uma vez e meia a registrada na região Sudeste (Tabela 2), embora esta tenha sido a região que, em números absolutos, recebeu o maior montante de recursos (Tabela 1).

Tabela 2 - Número de pesquisas sobre atividade física financiada pelo Ministério da Saúde por habitantes e taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto, por macrorregião brasileira e no Brasil, no período entre 2002 e 2023

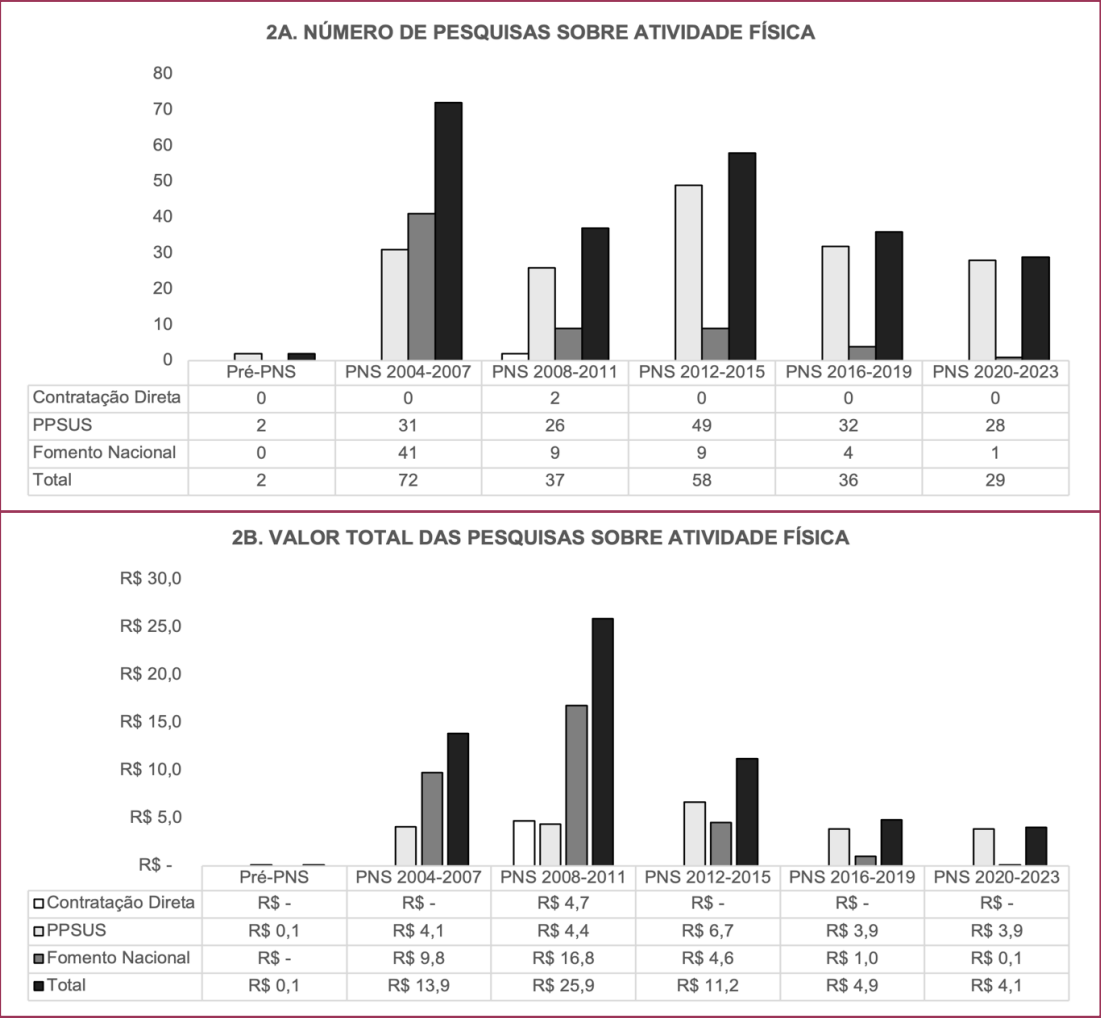
	Nº de pesquisas sobre AF	Nº de Habitantes	Taxa de pesquisas sobre AF por 100.000 habitantes	Valor total deflacionado (em milhões de reais - R\$)	Valor do PIB (em milhões de reais - R\$)	Taxa de investimento em pesquisas sobre AF (% do PIB)
Centro-Oeste	20	16.289.538	0,12	R\$ 3,44	R\$ 932.165,60	0,0004%
Nordeste	65	54.658.515	0,12	R\$ 6,39	R\$ 1.243.103,30	0,0005%
Norte	9	17.354.884	0,05	R\$ 1,12	R\$ 564.063,70	0,0002%
Sudeste	67	84.840.113	0,08	R\$ 32,54	R\$ 4.712.981,70	0,0007%
Sul	73	29.937.706	0,24	R\$ 16,55	R\$ 1.559.827,60	0,0011%
Brasil	234	203.080.756	0,12	R\$ 60,04	R\$ 9.012.142,00	0,0007%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do repositório Pesquisa Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Legenda: AF – Atividade Física; MS – Ministério da Saúde; Nº – número; PIB – Produto Interno Bruto; R\$ – real (moeda brasileira).

A Figura 2A apresenta o número de pesquisas em AF por período dos PNS e por modalidade de fomento. O PPSUS foi a modalidade de fomento que financiou o maior número de pesquisas em todos os períodos analisados, exceto no período PNS 2004–2007, quando predominou o fomento nacional. Os percentuais de pesquisas financiadas pelo PPSUS em cada período foram: 100% no Pré-PNS, 43,1% em 2004–2007, 70,3% em 2008–2011, 84,5% em 2012–2015, 88,9% em 2016–2019 e 96,6% em 2020–2023 (Figura 2A).

A Figura 2B apresenta o valor total deflacionado destinado a pesquisas em AF por período do PNS e por modalidade de fomento. O PPSUS também foi responsável pelos maiores montantes de recursos nos períodos Pré-PNS, 2012–2015, 2016–2019 e 2020–2023, correspondendo, respectivamente, a 100%, 59,4%, 79,4% e 96,4% do valor total de recursos em cada período. Contudo, o fomento nacional destinou o maior montante de recursos para pesquisas em AF nos períodos de 2004–2007 (70,6%) e 2008–2011 (64,8%) (Figura 2B).

Figura 2 - Número e valor total (em milhões de reais) deflacionado das pesquisas sobre atividade física financiadas pelo Ministério da Saúde, por período do Plano Nacional de Saúde e modalidade de fomento, no período entre 2002 e 2023.



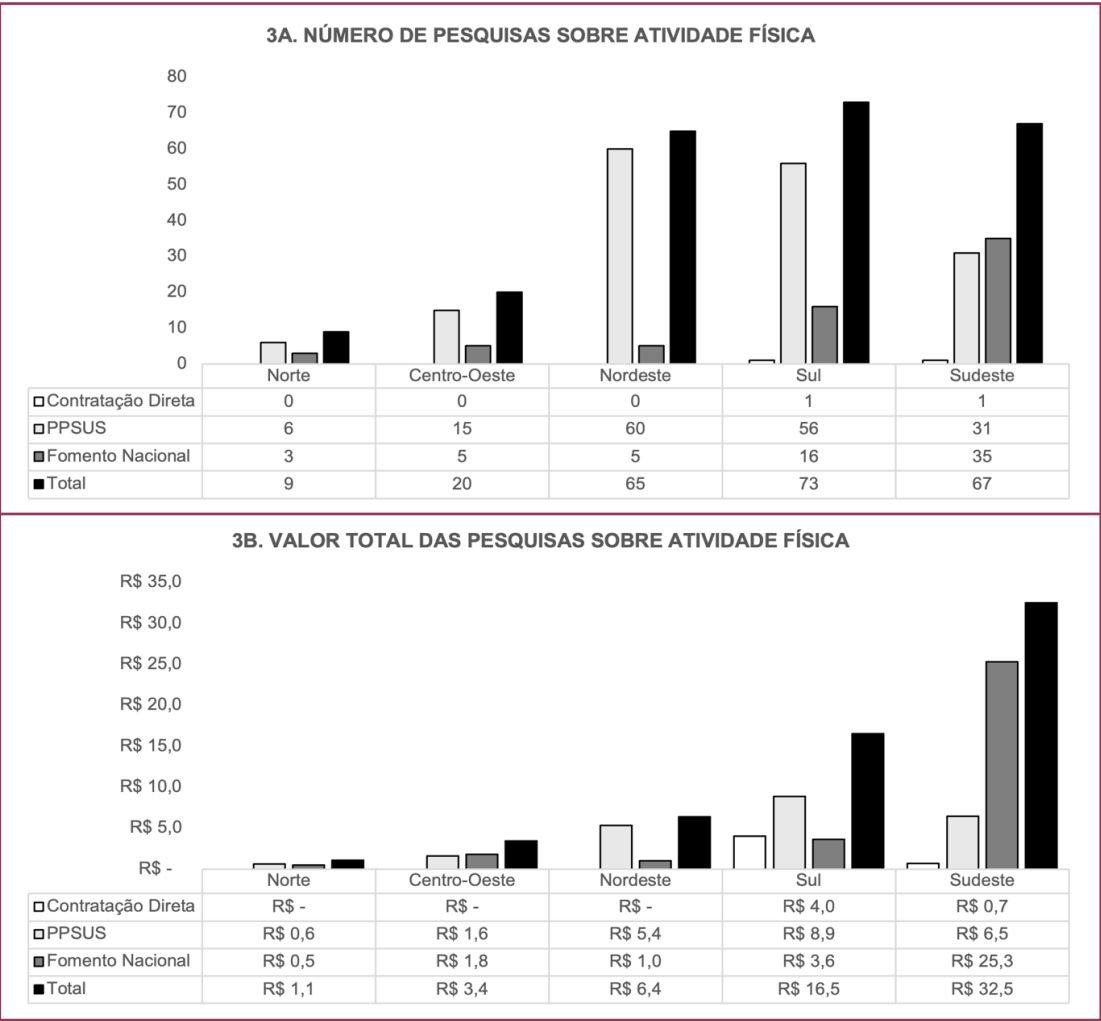
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do repositório Pesquisa Saúde.

Legenda: PNS - Plano Nacional de Saúde; PPSUS - Programa de Pesquisa para o SUS; R\$ - real (moeda brasileira; valor em milhões de reais).

A Figura 3A apresenta o número de pesquisas em AF financiadas segundo a modalidade de fomento e a macrorregião brasileira. O PPSUS destacou-se como a modalidade que financiou o maior número de pesquisas em todas as regiões do país, exceto na região Sudeste, onde predominou o fomento nacional. Os percentuais de pesquisas financiadas pelo PPSUS foram de 92,3% no Nordeste, 76,7% no Sul, 75,0% no Centro-Oeste, 66,7% no Norte e 46,3% no Sudeste (Figura 3A).

A Figura 3B exibe o valor total deflacionado investido em pesquisas sobre AF por modalidade de fomento e por macrorregião brasileira. O PPSUS foi responsável pelo maior montante de recursos para pesquisas em AF nas regiões Norte, Nordeste e Sul, representando, respectivamente, 54,5%, 84,4% e 53,9% do valor total investido em cada região. Em contrapartida, o fomento nacional foi a principal modalidade de financiamento nas regiões Centro-Oeste (52,9%) e Sudeste (77,8%) (Figura 3B).

Figura 3 - Número e valor total (em milhões de reais) deflacionado de pesquisas sobre atividade física financiadas pelo Ministério da Saúde, por modalidade de fomento e macrorregião brasileira, no período entre 2002 e 2023.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do repositório Pesquisa Saúde.

Legenda: PPSUS - Programa de Pesquisa para o SUS; R\$ - real (moeda brasileira; valor em milhões de reais).

4 DISCUSSÃO

Entre 2002 e 2023, foram financiadas 234 pesquisas em AF pelo MS. O valor total deflacionado foi de aproximadamente R\$ 60 milhões, com valor médio de R\$ 260 mil por pesquisa. Foram evidenciadas diferenças no número de pesquisas e no valor total deflacionado entre as modalidades de fomento, períodos do PNS e macrorregiões. O PNS 2004–2007, a região Sul e o PPSUS registraram o maior número de pesquisas, enquanto o PNS 2008–2011, a região Sudeste e o fomento nacional receberam o maior montante de recursos.

A escassez de estudos sobre o financiamento de pesquisas em AF no Brasil dificulta a comparação dos resultados quanto ao número de pesquisas e ao valor total investido. Estudo prévio demonstrou que, no período de 2002 a 2023, o número de pesquisas em AF e o valor total deflacionado investido nessas pesquisas representaram, respectivamente, 3,2% das pesquisas em saúde e 1,7% dos recursos destinados ao fomento da pesquisa pelo MS (Vieira *et al.*, no prelo). O mesmo

estudo também demonstrou que, entre 2004 e 2020, houve tendência decrescente no número de pesquisas, no valor total deflacionado e no valor deflacionado por pesquisa (Vieira *et al.*, no prelo).

No contexto internacional, há evidências de que, entre 2012 e 2017, 5% das pesquisas financiadas pelo Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos estavam relacionadas ao tema da AF, o que correspondeu a 4,3% do total de recursos investidos (Vargas *et al.*, 2019). Apesar disso, estabelecer comparações entre países com diferentes condições econômicas e sociais é complexo e apresenta limitações, uma vez que existem importantes desigualdades na capacidade de produção científica em AF (Ramirez Varela *et al.*, 2021a).

Esses resultados vão na contramão da crescente produção científica sobre AF no contexto global (Ramirez Varela *et al.*, 2021a) e no Brasil (Machado *et al.*, 2025). Embora o presente estudo tenha sido restrito às pesquisas financiadas pelo MS, o número de pesquisas e o valor investido pelo MS são relativamente baixos, especialmente quando considerados os elevados custos anuais com internações hospitalares por Doenças Crônicas Não Transmissíveis no SUS, atribuíveis à prática insuficiente de AF (Prodel *et al.*, 2023) e à meta nacional de aumentar a prática de AF no tempo livre em 30% até o ano de 2030 (Brasil, 2021).

Estudos anteriores que investigaram o financiamento de pesquisas pelo MS sobre outras temáticas revelaram desafios semelhantes, o que indica que essa realidade não se restringe à área de AF. Por exemplo, entre 2002 e 2017, foram financiadas 283 pesquisas sobre alimentação e nutrição, representando 4,8% do total das pesquisas financiadas pelo MS (Couto *et al.*, 2019). Essas pesquisas receberam um investimento nominal de aproximadamente R\$ 17,3 milhões, o que corresponde a 1,5% do valor total financiado no período, com valor médio de R\$ 61,1 mil por pesquisa (Couto *et al.*, 2019). Em relação à dengue, entre 2004 e 2020, foram financiadas 232 pesquisas, com um investimento deflacionado de R\$ 164 milhões, o que corresponde a um valor médio de R\$ 707 mil por pesquisa (Melo *et al.*, 2023). Esses estudos também revelaram oscilações no número de pesquisas e no montante de recursos, inclusive com tendência estacionária no financiamento de pesquisas sobre a dengue (Couto *et al.*, 2019; Melo *et al.*, 2023).

Em relação à modalidade de fomento, os resultados deste estudo são semelhantes aos observados no financiamento de estudos sobre dengue, que apontaram o PPSUS como responsável pelo maior número de projetos financiados, enquanto o fomento nacional concentrou os maiores volumes de recursos financeiros (Melo *et al.*, 2023). Essa diferença pode ser explicada pelas características intrínsecas de cada modalidade, uma vez que o PPSUS tem como objetivo apoiar projetos alinhados às prioridades locais de saúde, enquanto o fomento nacional, em geral, destina-se a pesquisas de maior complexidade e abrangência (Brasil, 2024), frequentemente de caráter multicêntrico e com maiores demandas orçamentárias.

No entanto, os achados deste estudo divergem dos resultados observados no financiamento de pesquisas em alimentação e nutrição, que indicaram o fomento nacional como a principal modalidade, tanto em número de projetos quanto em

volume de recursos (Couto *et al.*, 2019). Cabe ressaltar que a área de alimentação e nutrição integra uma das 24 subagendas das ANPPS, abrangendo uma ampla variedade de temas de pesquisa. Isso pode explicar o maior número de pesquisas e o maior montante de recursos destinados a estudos epidemiológicos e de abrangência nacional, predominantemente financiados por meio do fomento nacional (Couto *et al.*, 2019).

Contudo, aproximadamente 32,5% das pesquisas em alimentação e nutrição foram financiadas pelo PPSUS, correspondendo a 29% do valor total investido pelo MS (Couto *et al.*, 2019). Esses dados reforçam o papel estratégico do PPSUS como modalidade de fomento, independentemente da temática, ao induzir pesquisas alinhadas às necessidades regionais de saúde, contribuir para a redução das desigualdades territoriais na produção do conhecimento e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito do SUS (Souza; Calabro, 2017; Vieira-da-Silva; Silva; Esperidião, 2017).

Em relação aos períodos dos PNS, o maior número de pesquisas sobre AF financiadas no período de 2004–2007 pode ser justificado pelo lançamento da Política Nacional de Promoção da Saúde, em 2006, o que envolveu um conjunto de ações promovidas pelo MS, precedidas pelo desenvolvimento de pesquisas (Malta *et al.*, 2014). O maior valor destinado a pesquisas em AF entre 2008 e 2011 pode ser explicado pelo lançamento do Programa Academia da Saúde, em 2011, o qual foi implementado com base em pesquisas de avaliação da efetividade de iniciativas municipais (Malta *et al.*, 2014). Ademais, o PNS 2008–2011 foi o marco inicial da inserção de metas sobre AF nos instrumentos de planejamento do SUS (Vieira; Carvalho, 2024), o que pode ter contribuído para a priorização da pauta da AF, em um “efeito cascata” na agenda do MS, incluindo o fomento de pesquisas.

O declínio observado no número e no montante de recursos entre 2016 e 2019 pode estar relacionado ao fortalecimento de políticas neoliberais e à adoção de medidas de austeridade fiscal, que resultaram no desfinanciamento do SUS (Menezes; Moretti; Reis, 2019), com impacto negativo nas ações de promoção da AF (Vieira; Carvalho, 2021), além de cortes no orçamento para a ciência e tecnologia (Negri, 2022). Ainda, a ausência de metas no PNS 2020–2023 (Vieira; Carvalho, 2024) e os ataques à ciência ocorridos entre 2019 e 2022, com a ampliação dos cortes no fomento à pesquisa (Hallal, 2021), podem ser apontados como fatores que contribuíram para a redução no número de pesquisas e no valor total investido nesse período, com destaque para a ausência de financiamento entre 2021 e 2023.

Com relação à distribuição regional, a concentração de pesquisas sobre AF nas regiões Sul e Sudeste é semelhante aos resultados de um estudo prévio (Machado *et al.*, 2025), o que pode ser explicado, em parte, pelas assimetrias existentes no sistema de pós-graduação e no fomento à pesquisa no Brasil. Tomando a Educação Física como exemplo, área que exerce certo protagonismo nas pesquisas sobre AF, observa-se uma maior concentração de instituições com programas de pós-graduação e de financiamento para pesquisas nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, em comparação às regiões Centro-Oeste e Norte (CAPES, [s.d.]; CNPq, [s.d.]). Esse

cenário de disparidades em aspectos estruturantes influencia a capacidade regional de produção científica, sendo demonstrado que, em 2023, 50,5% das produções científicas na área de Educação Física foram provenientes do Sudeste, 18,7% do Nordeste, 13,9% do Sul, 6,3% do Centro-Oeste, 2,1% do Norte e 8,5% envolveram mais de uma região (CAPES, [s.d.]).

Embora não sejam conhecidos estudos recentes, o trabalho de Silva *et al.* (2014) revelou que a subárea “AF e Saúde” correspondeu a 18% dos projetos financiados pelo CNPq na área de Educação Física, com a maioria dos pesquisadores sediados nas regiões Sul (44%) e Sudeste (36%). Além disso, mais de 60% do fomento destinado às pesquisas nessa subárea concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, enquanto a região Norte não registrou projetos financiados (Silva *et al.*, 2014).

Esses resultados são, em certa medida, semelhantes aos do presente estudo, que identificou uma maior taxa de pesquisas por habitante e uma maior proporção do PIB destinada ao financiamento de pesquisas na região Sul. Essas disparidades possivelmente contribuíram e ainda contribuem para a assimetria na distribuição do fomento à pesquisa em AF. Ainda assim, o financiamento do MS tem impulsionado o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema em todas as macrorregiões brasileiras, o que pode, em alguma medida, contribuir para a redução das desigualdades regionais no fomento e na produção científica.

As disparidades regionais nas pesquisas em saúde, incluindo a área de AF, estão relacionadas às características do desenvolvimento científico e tecnológico no país, historicamente concentrado nas regiões Sul e Sudeste (CAPES, 2024). A redução dessas assimetrias é complexa e multifatorial, de forma que o financiamento de pesquisas pelo MS pode contribuir para reduzi-las, assim como para a consolidação de grupos de pesquisa de excelência em regiões menos favorecidas.

Por fim, considerando os sinais recentes de ampliação do investimento nas políticas de promoção de AF no SUS (Carvalho *et al.*, 2024) e a inserção de metas específicas no Plano Plurianual 2024–2027 — principal instrumento de planejamento orçamentário do governo federal —, precedida por uma ampla estratégia de mobilização e participação social (Carvalho; Sposito; Vieira, 2024), é possível inferir que esse contexto poderá impulsionar o fomento a pesquisas sobre AF. Em complemento, a existência de uma Política Nacional de Práticas Corporais e Atividades Físicas (PNPCAF) (Andrade *et al.*, 2025; Carvalho; Tavares; Pereira Filho, 2025) poderia contribuir para ampliar e induzir o fomento a pesquisas alinhadas às políticas públicas e às necessidades dos serviços do SUS.

Como principais potencialidades, destacam-se o ineditismo do tema, o amplo período de análise e o detalhamento do financiamento das pesquisas por macrorregião, inclusive permitindo conhecer a taxa de pesquisas por habitante e a proporção do PIB destinada a esse financiamento. A investigação sobre as modalidades de fomento das pesquisas em AF também pode ser destacada como um aspecto pioneiro e relevante para a aproximação entre o campo da pesquisa das políticas do SUS. A existência de dados abertos também deve ser reconhecida,

pois favorece o desenvolvimento de novas pesquisas e possibilita o controle social e ações de *advocacy* relacionadas à AF enquanto política pública de saúde.

Como limitações, destacam-se as inconsistências e a incompletude dos dados no sistema Pesquisa em Saúde, aspecto também identificado em outros estudos (Couto *et al.*, 2019; Melo *et al.*, 2023). Apesar disso, este é o sistema oficial do MS que reúne informações sobre os projetos financiados. Ademais, o presente estudo não permitiu avaliar os investimentos do MS na elaboração de documentos técnicos, usualmente realizada por meio de Termo de Execução Descentralizada ou Carta Acordo com instituições e pesquisadores, como, por exemplo, o Guia de Atividade Física para a População Brasileira (Tenório *et al.*, 2022), cuja elaboração geralmente é precedida por pesquisas como etapas prévias da produção.

Estudos futuros, inclusive de natureza qualitativa, são necessários para avaliar a aplicabilidade e as recomendações das pesquisas em AF financiadas pelo MS para as políticas e os serviços do SUS. Além disso, seria importante investigar a influência do fomento às pesquisas em AF na formação de profissionais e pesquisadores, considerando que a formação de recursos humanos é uma das competências do SUS. Em complemento, recomenda-se a análise das características dos coordenadores das pesquisas financiadas — como formação inicial, áreas de concentração e inserção institucional —, pois esses aspectos constituem elementos relevantes e ainda pouco explorados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, de caráter inédito, revelou que o financiamento de pesquisas em AF pelo MS foi oscilante ao longo dos anos. Os períodos de maior investimento coincidiram com a implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde e do Programa Academia da Saúde. No entanto, nos últimos anos, observou-se redução no número de pesquisas e nos recursos destinados ao tema. Essa queda pode estar associada à ausência de metas específicas sobre AF nos instrumentos de planejamento do SUS e à adoção de medidas de austeridade fiscal.

Apesar do maior número de pesquisas financiadas pelo PPSUS, o montante de recursos destinados ao programa permanece limitado, dada a sua importância estratégica para descentralizar investimentos e alinhar as pesquisas às necessidades regionais de saúde, especialmente nas regiões historicamente desfavorecidas.

Em conclusão, é fundamental ampliar e promover uma distribuição mais equitativa do financiamento de pesquisas em AF, com ênfase no fortalecimento do PPSUS. A criação da PNPCAF surge como uma estratégia relevante para incentivar o fomento a pesquisas que atendam às necessidades de saúde da população e às demandas dos serviços do SUS.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Douglas Roque *et al.* Política nacional de atividade física e práticas corporais no SUS: a hora é agora! **SciELO Preprints**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11606>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. Brasília: BCB, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2022**. Brasília: MCTI, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_prioridades_pesquisa_ms.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Coordenação Geral de Promoção da Atividade Física e Ações Intersetoriais: gestão da atividade física no Ministério da Saúde do Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 27, p. 1-4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.27e0248>
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual instrutivo para financiamento de pesquisas pelo Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_financiamento_pesquisas.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Politica_Portugues.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.
- CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de *et al.* Oferta e participação nas práticas corporais e atividades físicas na atenção primária no Brasil: análise de 2014 a 2022. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. e09492023, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025301.09492023>
- CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de *et al.* Recursos da União para as práticas corporais e atividades físicas no SUS: análise do ciclo governamental 2019-2022. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, p. e19352022, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024291.19352022>
- CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de; SPOSITO, Letícia Aparecida Calderão; VIEIRA Leonardo Araújo. Brasil participativo: as práticas corporais e atividades físicas no Sistema Único de Saúde no Plano Plurianual 2024-2027. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, p. e230524, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230524>
- CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de; TAVARES Gislene Helena; PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva. Criação da política nacional de práticas corporais e atividades físicas no SUS: um debate a partir do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 47, p. e20250052, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.47.e20250052>

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: CNPq, [s.d.]. Disponível em: <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira**: versão 4.1.38. Brasília: CAPES, [s.d.]. Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/painel>. Acesso em: 6 jun. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório final das atividades do Grupo de Trabalho Equidade e Redução de Assimetrias na Pós-Graduação**. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24122024_Relatorio_2517752_23.12.2024_GT_Equidade_e_Assimetrias_DOI.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

COUTO, Patrícia de Campos *et al.* Avaliação do fomento de pesquisas em alimentação e nutrição apoiadas pelo Ministério da Saúde, de 2002 a 2017. **Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 13, n. 1, p. 47–57, 2019. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/168>. Acesso em: 6 jun. 2025.

DUTRA, Rinelly Pazinato; KNUTH, Alan Goularte. Práticas corporais e atividades físicas desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde no Brasil entre 2013 e 2021. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 35, n. 1, p. e350119, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350119pt>

GARCIA, Leandro *et al.* Non-occupational physical activity and risk of cardiovascular disease, cancer and mortality outcomes: a dose–response meta-analysis of large prospective studies. **British Journal of Sports Medicine**, v. 57, n.15, p. 979–989, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1136/bjsports-2022-105669>

HALLAL, Pedro Curi. SOS Brazil: science under attack. **The Lancet**, v. 397, n. 10272, p.373–374, 2021. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00141-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00141-0)

MACHADO, Pedro Gustavo *et al.* Progress in physical activity surveillance, research, policy, and gender equity in Brazil: results from the global observatory for physical activity. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 22, n. 7, p. 819-826, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1123/jpah.2024-0375>

MALTA, Deborah *et al.* Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 19, n. 3, p. 286, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.19n3p286>

MARTINEZ-GOMEZ, David *et al.* Physical activity and all-cause mortality by age in 4 multinational megacohorts. **JAMA Network Open**, v. 7, n. 11, p. e2460155, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2024.46802>

MELO, Gabriela Bardelini Tavares *et al.* Financiamento de pesquisas sobre dengue no Brasil, 2004-2020. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 138, p. 601–615, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313817>

MENEZES Ana Paula do Rego, MORETTI, Bruno, REIS, Ademar Arthur Chioro dos. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe5, p. 58–70, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S505>

MIEIKE, Gregore Iven *et al.* Leisure time physical activity among Brazilian adults: National Health Survey 2013 and 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, supl. 2, p. e210008, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210008.supl.2>

NEGRI, Fernanda de. Financiando a ciência e a infraestrutura de pesquisa em tempos de crise. **Revista USP**, n. 135, p. 101–118, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i135p101-118>

PRODEL, Eliza *et al.* The burden of physical inactivity for the public health care system in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, n.1, p. 37, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004589>

RAMIREZ VARELA, Andrea *et al.* Correction to: Global, regional, and national trends and patterns in physical activity research since 1950: a systematic review. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 18, art. 35, p.1-15, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12966-021-01100-3>

RAMIREZ VARELA, Andrea *et al.* Global Observatory for Physical Activity (GoPA!): **2nd Physical Activity Almanac**. Bogotá: GoPA!, 2021b. Disponível em: <https://new.globalphysicalactivityobservatory.com/physical-activity-almanac/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SILVA, Inacio *et al.* Pesquisa em atividade física e saúde no Brasil: dimensão atual dos investimentos em projetos e bolsas de produtividade do CNPq. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v.19, n. 3, p. 325-332, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.19n3p325>

SOUZA, Gilberto Ferreira de; CALABRÓ, Luciana. Avaliação do grau de implantação do programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde. **Saúde em Debate**, v. 41, n. esp., p. 180–191, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S14>

TENÓRIO, Maria Cecília Marinho *et al.* Brazilian Physical Activity Guidelines Working Group. Physical activity guidelines for the Brazilian population: development and methods. **Journal of Physical Activity and Health**. v. 19, n. 5, p. 367-73, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1123/jpah.2021-0756>

VARGAS, Ashley *et al.* Diet and physical activity prevention research supported by the U.S. NIH from 2012-2017. **American Journal of Preventive Medicine**. v. 57, n. 6, p. 818-825, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2019.07.023>

VIEIRA, Leonardo Araújo; CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de. As práticas corporais e atividades físicas nos 15 anos da política nacional de promoção da saúde: a defesa da equidade em um contexto de austeridade. **Pensar a Prática**, v. 24, p. e68737, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v24.68737>

VIEIRA, Leonardo Araújo; CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil de. Planejamento no SUS: a agenda das Práticas Corporais e Atividades Físicas de 2004 a 2023. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 141, p. e8865, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241418865P>

VIEIRA, Leonardo Araújo *et al.* Pesquisas em atividade física: análise da agenda financiada pelo Ministério da Saúde do Brasil (2002-2023). **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, no prelo.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria; SILVA, Gerlucé Alves Pontes da; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo. Avaliação da implantação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 41, n. spe3, p. 87–98, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S307>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global action plan on physical activity 2018-2030: more active people for a healthier world**. Geneva: WHO, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241514187>. Acesso em: 6 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Guidelines on physical activity and sedentary behaviour**. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240015128>. Acesso em: 6 jun. 2025.

Abstract: The promotion of health research is a constitutional responsibility of the Brazilian Unified Health System (SUS). This study aimed to: a) analyze the temporal evolution and regional distribution of research on physical activity (PA) funded by the Ministry of Health; b) identify the funding modalities of these studies. This is an ecological study based on data from the Health Research System, covering the period from 2002 to 2023. Differences were observed in the number of studies and in the total deflated amount across funding modalities, National Health Plan (PNS) periods, and macro-regions. The 2004–2007 PNS, the South region, and the Research Program for SUS (PPSUS) registered the highest number of studies, whereas the 2008–2011 PNS, the Southeast region, and national-level funding received the largest amount of resources. It is necessary to expand and ensure a more equitable distribution of funding for such research, particularly through PPSUS.

Keywords: Health research policy. Research funding. Health policy. Health promotion.

Resumen: El fomento de la investigación en salud es una competencia constitucional del Sistema Único de Salud (SUS). Este estudio tuvo como objetivos: a) analizar la evolución temporal y la distribución regional de las investigaciones sobre actividad física (AF) financiadas por el Ministerio de Salud; b) identificar las modalidades de fomento de esas investigaciones. Se realizó un estudio ecológico basado en el sistema de Investigación en Salud, correspondiente al período 2002–2023. Se observaron diferencias en el número de investigaciones y en el valor total deflactado entre las modalidades de fomento, los períodos del Plan Nacional de Salud (PNS) y las macrorregiones. El PNS 2004–2007, la región Sur y el Programa de Investigación para el SUS (PPSUS) concentraron el mayor número de estudios, mientras que el PNS 2008–2011, la región Sudeste y el fomento nacional recibieron el mayor volumen de recursos. Es necesario ampliar y promover una distribución más equitativa del financiamiento de esas investigaciones, especialmente mediante el PPSUS.

Palabras clave: Política de investigación en salud. Financiación de la investigación. Política de salud. Promoción de la salud.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Leonardo Araújo Vieira: Concepção do estudo, curadoria dos dados, coleta de dados, análise dos dados, redação, revisão e edição.

Fabio Fortunato Brasil de Carvalho: Concepção do estudo, curadoria dos dados, coleta de dados, análise dos dados, redação, revisão e edição.

Thainá Alves Malhão: Curadoria dos dados, análise dos dados, redação, revisão e edição.

Lucas Lima Galvão: Curadoria dos dados, coleta de dados, análise dos dados, redação, revisão e edição.

Mathias Roberto Loch: Curadoria dos dados, análise dos dados, redação, revisão e edição.

Danilo Sales Bocalini: Concepção do estudo, curadoria dos dados, coleta de dados, análise dos dados, redação, revisão e edição.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado sem o apoio de fontes financiadoras.

ÉTICA DE PESQUISA

A pesquisa seguiu os protocolos vigentes nas Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

COMO REFERENCIAR

VIEIRA, Leonardo Araújo; CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de; MALHÃO, Thainá Alves; GALVÃO, Lucas Lima; LOCH, Mathias Roberto; BOCALINI, Danilo Sales. Pesquisas em atividade física financiadas pelo Ministério da Saúde: evolução temporal e distribuição regional. **Movimento**, v. 32, e32047, jan./dez. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.150014>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.